

# População indígena

o caso do Estado do Rio de Janeiro  
nos Censos Demográficos de 2000 e 2010

The Indigenous population:  
the State of Rio de Janeiro's case  
according to the 2000 and 2010  
National Demographic Censuses

## **BARBARA COELHO BARBOSA DA CUNHA**

Mestre e Doutora em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz  
[barbaracbc@gmail.com](mailto:barbaracbc@gmail.com)

## **BRUNO NOGUEIRA GUIMARÃES**

Mestre e Doutor em Antropologia Social (PPGAS-MN/UFRJ), pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública (ENSP-Fiocruz)  
[brunongbh@gmail.com](mailto:brunongbh@gmail.com)

## **ANDRÉA SOBRAL**

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social/UERJ. Pesquisadora em Saúde Pública Adjunta da Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente (ENSP/Fiocruz)  
[andrea.almeida@ensp.fiocruz.br](mailto:andrea.almeida@ensp.fiocruz.br)

## **RICARDO VENTURA SANTOS**

Doutor em Antropologia pela Indiana University, EUA. É Pesquisador Titular na Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz e Professor Titular no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[santos@ensp.fiocruz.br](mailto:santos@ensp.fiocruz.br)

**RESUMO:** A captação de informações sobre a população indígena nos Censos Demográficos tem experimentado uma considerável ampliação nos países latino-americanos. No Brasil, os resultados dos últimos recenseamentos revelaram expressivas variações no número de indígenas em diversas regiões do país. Este trabalho teve como objetivo analisar a distribuição e as características socioeconômicas dos declarados “indígenas”, segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Foram realizadas análises descritivas a partir de covariáveis socioeconômicas e demográficas. Verificou-se que, nos dois Censos, mais de 95,0% dos indígenas residiam em área urbana. Em relação ao perfil da população, de 2000 para 2010, houve, no Estado como um todo, uma diminuição de indígenas com renda entre 1,5-3 salários mínimos (SM) e acima de 3 SM, assim como um aumento entre 0,5-0,75 SM. O percentual de indígenas residindo em “aglomerados subnormais” no Estado aumentou (11,4% para 13,9%), com destaque para a Baixada Litorânea e o Norte e Sul Fluminense. Os resultados da composição etária por sexo apontaram uma diminuição de jovens e um aumento da população adulta, em ambos os sexos, no Estado. Os percentuais de indígenas que falam língua indígena no domicílio (55,8%) e daqueles que informaram a etnia (71,8%) foram mais pronunciados na área rural, com destaque para o Sul Fluminense, onde estão localizadas as Terras Indígenas do Estado. Em conclusão, os dados demográficos dos dois Censos indicam diferenças importantes nas características da população indígena, que possivelmente derivam tanto da influência de aspectos demográficos, propriamente, quanto de questões ligadas à classificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** População indígena. Censos Demográficos Nacionais. Rio de Janeiro. Brasil.

**ABSTRACT:** Data collection about indigenous populations in National Demographic Censuses has undergone considerable expansion in Latin American countries. In Brazil, findings from the most recent censuses have revealed significant variations in the size of the indigenous population in many regions of the country. Focusing on Rio de Janeiro State, this study analyzes the distribution and socioeconomic characteristics of the indigenous population based on data from the 2000 and 2010 Demographic Censuses, according to “Meso-Regions”. It was found that, in both censuses, more than 95% of the indigenous population resided in urban areas. From 2000 to 2010, in the State as a whole, there was a decrease in the proportion of the indigenous population earning between 1.5-3 minimum wages (MW), and those earning above 3 MW, as well as an increase in the proportion of those with income between 0.5 to 0.75 MW. The percentage of the indigenous population living in “subnormal agglomerations” (“favelas”) increased (11.4% to 13.9%), particularly in the Meso-Region Baixada Litorânea, as well as in the north and south parts of the State. Concerning age composition, there was a decrease in the

proportion of young individuals and an increase in the adult population in both sexes. In 2010, the percentages of indigenous individuals who speak indigenous languages at home (55.8%), and those who informed their specific indigenous ethnicity (71.8%), were more pronounced in rural areas, especially in the south region of the State, where federally recognized Indigenous Lands are located. In conclusion, findings of both censuses point to significant differences in the characteristics of the indigenous population in Rio de Janeiro, what possibly relate as much from the influence of the demographic aspects themselves as from issues related to classification.

**KEYWORDS:** Indigenous population. National Censuses. Rio de Janeiro State. Brazil.



## Introdução

A captação de informações sobre os indígenas da América Latina vem experimentando expressiva ampliação, seja nos sistemas de informação ou nos Censos Demográficos, o que vem permitindo um maior conhecimento de suas características socioeconômicas (CSDH, 2008). Nessa região, em 2010, havia 42 milhões de indígenas (aproximadamente 7,8% da população), dos quais metade residia em área urbana (THE WORLD BANK, 2015).

Na trajetória recente dos Censos Demográficos realizados no Brasil, o de 1991 incluiu a categoria indígena no quesito sobre cor ou raça, que passou a contemplar cinco opções de resposta (branca, preta, parda, amarela e indígena) e permaneceu nos Censos posteriores (2000 e 2010). No mais recente recenseamento foram incluídas, para indígenas, perguntas sobre etnia e língua falada no domicílio, entre outras (IBGE, 2012).

Em virtude dessa ampliação na captação, os três últimos Censos (1991, 2000 e 2010) revelaram diferenças tanto no total populacional dos indígenas no país, quanto no tocante à distribuição segundo a situação de domicílio (urbano ou rural). Do ponto de vista quantitativo, em 1991, 294.131 pessoas se declararam indígenas; em 2000, 734.127; e, em 2010, 817.963 (IBGE, 2012). Pela magnitude das diferenças, as variações nos padrões de migração e fecundidade não são suficientes para explicar esse fenômeno. Dentre as explicações levantadas, estão a mudança da categoria no quesito sobre cor ou raça e a inclusão, em 2010, de informações sobre etnia e língua falada (AZEVEDO, 2011; DIAS JR et al., 2009; SANTOS; TEIXEIRA, 2011).

Em relação à situação de domicílio, enquanto em 1991 e 2010 os indígenas residiam majoritariamente em área rural, em 2000 a maior parte vivia em área urbana (IBGE, 2012). Cabe apontar que existe uma discussão referente ao conceito de urbano e rural, principalmente no que diz respeito aos critérios utilizados pelo IBGE, que se respalda a partir de decretos municipais (MONTE-MÓR, 2005; SERATTO; MICHELLON, 2004; VEIGA, 2001). Contudo, a utilização desse recorte é central nas análises sobre os indígenas, uma vez que a maioria das Terras Indígenas está em área rural e o número de indígenas em área urbana tem aumentado. Através dela, associam-se as diferenças significativas nos perfis sociodemográficos (CALDAS, 2014; TEIXEIRA; BRASIL; SILVA, 2011). Adicionalmente, nos últimos anos, os estudos que visam ou consideram em suas análises a caracterização tanto sociodemográfica quanto sobre a condição de vida dos indígenas residentes na área urbana tem aumentado (AZEVEDO, 2006; MARINHO; CALDAS; SANTOS,

2017; RAUPP et al., 2017; SIMONI; DAGNINO, 2016; TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009).

Segundo o Censo 2010, 42,1% da população do país residia na região Sudeste. O Estado de São Paulo foi o que concentrou a maior parte da população da região, seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Espírito Santo. Todos os estados do Sudeste, como apontado anteriormente para o Brasil, tiveram diferenças nos totais populacionais dos indígenas nos Censos 1991, 2000 e 2010. No Rio de Janeiro, especificamente, a quantidade de indígenas aumentou de 8.953, em 1991, para 35.934, em 2000, e reduziu para 15.258, em 2010 (IBGE, 2012).

Diante da variação na quantidade de indígenas registrada nos últimos três Censos no Rio de Janeiro, este estudo tem como objetivo examinar a expressão da diminuição dessa população com foco em uma análise da distribuição e das características socioeconômicas, segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. A presença indígena no Rio de Janeiro é fartamente documentada desde o início da colonização europeia no local (para fontes de arquivo, ver FREIRE, 1995) e foi estudada por historiadores e antropólogos, revelando como a própria identidade indígena não é rígida e se transforma em diferentes períodos históricos e contextos sociais (como demonstra ALMEIDA, 2013). Dentre estas transformações, temos as variações na forma com que os indígenas se apresentam e são captados pelo Estado. Temos, também, as mudanças nas condições em que as populações indígenas se encontram frente ao restante da “sociedade nacional”. Comparar os resultados dos indígenas nos Censos 2000 e 2010 para o Rio de Janeiro é um caminho para pensarmos sobre a presença indígena na história recente do Brasil.

## Metodologia

Com o intuito de analisar as características sociodemográficas da população indígena, foram utilizados como fonte os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE, 2003a, 2013).

Ressalta-se que, em ambos os censos, foram utilizados dois questionários. Aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto aquelas selecionadas para a amostra, o questionário básico contém as informações dos domicílios e seus moradores. Já o questionário da amostra, aplicado nas unidades domiciliares selecionadas, contém as informações do questionário

básico e outras características sociais, econômicas e demográficas (IBGE, 2003a, 2013). Em 2000, a coleta do pertencimento étnico/racial da população através do quesito cor ou raça dos moradores do domicílio foi realizada somente através do questionário da amostra. No Censo 2010 houve uma alteração, a mesma informação foi coletada também pelo questionário básico. Contudo, nos dois anos, o quesito (a sua cor ou raça é:) e as categorias de respostas (branca, preta, amarela, parda e indígena) não sofreram alterações (IBGE, 2011, 2012b). Os dados utilizados neste trabalho relativos ao Censo 2000 foram extraídos da amostra, enquanto que os relativos a 2010, da amostra e do universo, sendo este último obtido especificamente através do Banco Multidimensional de Estatística (BME).

As variáveis exploradas neste estudo e suas respectivas categorias, referentes à população e ao domicílio, estão indicadas no Quadro 1. Foram calculados os percentuais das variáveis considerando a complexidade dos dados da amostra juntamente aos respectivos intervalos de confiança, com exceção do setor censitário (aglomerado subnormal), a fim de comparar os censos. As análises foram conduzidas segundo as seis mesorregiões do Estado: Baixada Litorânea, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense (Figura 1), exceto aquelas relativas à composição etária por sexo, etnia e língua indígena falada no domicílio. A primeira foi feita para o Estado desconsiderando a Metropolitana do Rio de Janeiro e a segunda considerando a mesma mesorregião, em ambas os recortes foram a totalidade da área e aquela urbana. Já as duas últimas foram exploradas segundo a situação de domicílio para manter a robustez das análises.<sup>2</sup>

Para fins de comparação entre os dados de 2000 e 2010, foram compatibilizadas as categorias das variáveis: alfabetização, renda, tipo de setor censitário e naturalidade (município), uma vez que apresentam diferenças nas definições e/ou no número de categorias nos dois censos. Em relação à definição de alfabetização, em ambos os censos, o IBGE (2012) considerou alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Sobre a categoria “se considera” indígena, a mesma foi utilizada somente dentro de Terra Indígena (TI) e aplicada para aqueles classificados nas demais opções de resposta para cor ou raça (branca, preta, amarela ou parda), que posteriormente responderiam sobre etnia e língua indígena falada no domicílio caso houvessem se identificado como indígenas (IBGE, 2012). Por questões de confidencialidade, nos dados extraídos do BME, valores de 1 a 5 aparecem indicados nas planilhas de saída como

“X”. Assim, nas análises deste estudo, quando da presença do “X”, optou-se por não imputar valores. Este fato está indicado nas tabelas, mesmo que não tenham sido incluídos nos cálculos.

## Resultados

Em 2000, havia 35.934 indígenas no estado, que representavam 0,2% da população e, em 2010, 15.258, representando 0,1% da população estadual. Em todas as mesorregiões e em ambos os Censos, a maioria da população indígena residia na área urbana (TABELA 1). Apesar da diminuição da população indígena urbana do Estado e em todas as mesorregiões, em números absolutos, seu peso percentual aumentou significativamente em 2010, comparado com 2000 em três mesorregiões: Baixada Litorânea, Noroeste e Norte Fluminense. Em contraponto, o Sul Fluminense, em relação às demais mesorregiões, apresentou o percentual mais baixo de população residindo em área urbana em 2000 e 2010.

A análise da composição por idade e por sexo da população indígena evidenciou diferenças marcantes em relação a consideração ou não da mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro (GRÁFICO 1). A pirâmide sem a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou, em comparação com aquela com a mesorregião, maior diferença tanto entre a população total e a urbana quanto entre 2000 e 2010. Ainda sobre a primeira pirâmide, em ambos os censos, a base da população urbana foi menor do que a total. Chama atenção, também, o menor percentual de indígenas entre 10 e 19 anos em 2010, assim como o maior percentual para o mesmo ano, nas áreas total e urbana, de indígenas entre 20 e 29 anos, no sexo masculino, e aqueles acima de 40 anos, no sexo feminino. Em ambos os censos houve, proporcionalmente, mais indígenas do sexo masculino entre 30 e 39 anos. Por último, no ano de 2010, houve uma diminuição de indígenas do sexo masculino entre 40 e 49 anos, assim como entre 60 e 69 anos, e do sexo feminino entre 10 e 29 anos, com destaque para a área urbana. Já os resultados da pirâmide que considerou a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro mostraram uma similaridade entre as áreas total e urbana para cada censo. Em relação à base da pirâmide, verificou-se que, em 2010, a mesma foi menor nas duas áreas e em ambos os sexos para os indígenas com até 10 anos. Em 2010, a maior proporção de indígenas do sexo masculino entre 20 e 29 anos e acima de 40 anos no sexo feminino, como visto na pirâmide sem a mesorregião, também

ocorreu. Diferentemente do verificado na análise sem a mesorregião, houve uma maior proporção de indígenas do sexo masculino entre 50 e 59 anos, e do sexo feminino acima de 40 anos além de uma diminuição de indígenas do sexo masculino entre 30 e 49 anos.

Na Tabela 2, verifica-se que, entre os Censos, houve queda de indígenas analfabetos somente no Estado do Rio de Janeiro (11,1% em 2000 para 6,3% em 2010) e na Metropolitana do Rio de Janeiro (de 10,5% em 2000 para 4,8% em 2010). Quanto à naturalidade do município de residência, os percentuais não apresentaram diferenças entre os Censos.

No tocante à renda domiciliar *per capita* chama atenção que no Noroeste Fluminense não havia indígena sem renda em ambos os censos. Comparado com 2000, os indígenas, em 2010, apresentaram percentuais menores para aqueles com renda entre 1,5-3 SM (21,7% para 16,4%) ocorrendo o mesmo com aqueles com renda acima de 3 SM. No entanto, esse último foi verificado no Estado do Rio de Janeiro (20,1% para 14,8%) e na Metropolitana do Rio de Janeiro (21,5% para 16,2%). Houve aumento percentual de indígenas com renda entre 0,5-0,75 SM no Estado do Rio de Janeiro (de 10,4% para 17%) e na Metropolitana do Rio de Janeiro (10,5% para 16,4%) (TABELA 3).

Na Tabela 4, verifica-se que, em 2000, no Norte Fluminense, não havia indígenas residindo em setores classificados como “aglomerado subnormal”. Contudo, em 2010, o panorama se modificou, havendo 12,8% de indígenas nesses setores censitários. Nas outras três mesorregiões com indígenas residindo nestes setores, houve um aumento na frequência de indígenas. Os resultados do Sul Fluminense (variando de 7,9% para 17,9%) e da Baixada Litorânea (de “X” para 13,1%) foram os mais pronunciados.

Os percentuais de indígenas que falam língua indígena no domicílio e que informaram a etnia foram maiores na área rural (TABELA 5). Nessa região, chamou atenção que a declaração da etnia foi cerca de três vezes maior, em comparação com a urbana. Apesar das análises não terem sido conduzidas segundo mesorregião para garantir a robustez, destaca-se que na área rural do Sul Fluminense 79,3% dos indígenas informaram falar língua indígena no domicílio, e 91,5% declararam etnia (dados não mostrados).

O Estado do Rio de Janeiro apresentou 163 etnias declaradas por aproximadamente 4.030 indígenas, em virtude do aparecimento do “X”, sendo Guaraní (n=660), Guaraní Kaiowá (n=427), Tupiniquim (n=394), Guaraní Nhandeva (n=341) e Tupinambá (n=318) as mais frequentes (dados não mostrados). As 153 etnias informadas na Metropolitana do Rio de Janeiro foram declaradas por mais de 2.865 indígenas, novamente pelo aparecimen-

to do “X”, conformando-se como a mesorregião com o maior número de etnias do estado. Com 11 etnias, o Noroeste Fluminense se configurou como aquela com menos etnias declaradas. Na Metropolitana do Rio de Janeiro, as etnias mais numerosas foram Guaraní (n=503), Guarani Kaiowá (n=338), Tupiniquim (320), Tupinambá (232) e Potiguara (144). Quarenta e seis etnias foram informadas por 649 indígenas, no Sul Fluminense, 38 na área urbana e oito na rural. As mais frequentes foram Guarani Nhandeva (n=308), Guarani Mbya (n=126), Guaraní (83), Guarani Kaiowá (38), Pataxó (24) e Puri (23). Dentre os indígenas do Estado do Rio de Janeiro que estão nas demais categorias desta variável, chama atenção que 9.886 indígenas informaram “não saber” a etnia, sendo a maioria residente na área urbana (98,5%) (dados não mostrados).

## Discussão

As análises conduzidas neste estudo alinham-se àquelas já realizadas para caracterizar a população indígena identificada pelos Censos no país como um todo. Comparando os três últimos Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), destacam-se, além das características individuais, mudanças no padrão do local de residência (FASCA, 2008; IBGE, 2012; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; PEREIRA et al., 2009; SANTOS; PEREIRA, 2005; SANTOS; TEIXEIRA, 2011).

O alto percentual de indígenas residindo em área urbana no Estado do Rio de Janeiro em 2000 e 2010 é um aspecto que se destaca. Cabe ressaltar que, em relação a este grau de urbanização, a Fundação Nacional do Índio (Funai) atua notadamente no âmbito das TI (ALBUQUERQUE, 2015; ATHIAS; LIMA, 2010). Contudo, o recorte urbano/rural, amplamente utilizado em análises demográficas sobre as populações indígenas é importante exatamente por uma parte considerável dessa população residir em TI, que em sua maioria estão situadas no interior dos estados brasileiros, distantes das sedes e capitais dos estados (IBGE, 2012). Dentre os resultados encontrados, tal fato ficou evidente, pois cerca de 30% da população indígena da área rural do estado residia no Sul Fluminense, região que concentra dois municípios com Terras Indígenas<sup>3</sup>.

A diminuição populacional verificada nas áreas urbanas de todas as mesorregiões acompanha os resultados do Censo Demográfico de 2010 para o país (IBGE, 2012). Sobre este aspecto, a interpretação dos dados deve con-

siderar a fluidez, a subjetividade da variável cor ou raça, além do informante do domicílio, pois não são necessariamente todos que respondem ao questionário (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; CAVENAGHI; ALVES, 2011; PERZ; WARREN; KENNEDY, 2008; TELLES, 2004; WOOD; CARVALHO, 1994). Dias Júnior et al. (2009), por exemplo, analisaram o aumento populacional nos Censos de 1991 e 2000, em Minas Gerais, e concluíram que um importante fator explicativo está relacionado à mudança da categoria informada no quesito sobre cor ou raça. No caso desse estudo, aspectos relacionados à dinâmica demográfica, incluindo natalidade e mortalidade, não explicariam, por si só, o aumento observado. Neste sentido, diversos autores reiteram que os aspectos de classificação identitária segundo cor ou raça precisam ser levados em consideração na explicação de variações nos volumes de população (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; CHOR, 2013).

Ademais, o aumento na frequência absoluta dos indígenas no Estado do Rio de Janeiro entre os Censos Demográficos de 1991 (8.955 indígenas) e 2000 (35.934) pode, segundo o IBGE (2003a), ter sofrido influência de políticas públicas e das organizações e mobilizações sociais. Nessa linha interpretativa, é possível que a completude dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil junto com as campanhas publicitárias, veiculadas ao longo do ano 2000, tenham influenciado os resultados da captação censitária. Por outro lado, a diminuição numérica desta população entre 2000 e 2010 (15.258) pode estar relacionada, segundo Azevedo (2011); Santos e Teixeira (2011), à inclusão das perguntas sobre pertencimento étnico e língua falada, em 2010. No caso do Brasil, é necessário considerar, ainda, que questões relacionadas à discriminação, como o racismo (crime cosubstanciado pela Lei nº 7.716/89) (BRASIL, 1989), e conflitos sociais oriundos, por exemplo, da luta por território, interferem na escolha de informar ou não a identidade indígena em determinadas conjunturas, conforme verificado na cidade de Altamira (Pará) por Simoni e Dagnino (2016).

Na publicação do IBGE (2012), é possível verificar que a estrutura etária dos indígenas do Brasil, em 2010, diferiu daquelas de 1991 e 2000, tanto para o total populacional quanto para a população urbana e rural. As pirâmides de 2000 e 2010 do Estado do Rio de Janeiro com e sem a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, total e urbana, diferem daquelas do IBGE (2012), onde o ano de 2000 teve uma base mais larga do que a de 2010, por exemplo. Entretanto, o formato das pirâmides se assemelha com aqueles da área urbana dos trabalhos de MARINHO (2015) e SIMONI; DAGNINO (2016), ou seja, possui bases mais estreitas. No caso do presente estudo, a

impossibilidade de construção da pirâmide para as áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro e das mesorregiões, devido ao número reduzido da população por sexo e grupos de idade, impediu uma comparação importante para este segmento populacional. A redução de indígenas entre zero e 19 anos e o aumento da participação relativa daqueles acima de 50 anos, contudo, revela uma alteração importante no perfil do indígena do Estado do Rio de Janeiro em 2010. Além disso, as pirâmides refletem o caráter extremamente urbano da população, lembrando que uma vez os perfis total e urbano diferiram fortemente nos dois recortes geográficos analisados.

Sobre os indígenas residentes em setores classificados como “aglomerado subnormal”, convém apontar, conforme descrito por PASTERNAK et al. (2016), que a presença de serviços nesta região experimenta carências que impactam diretamente na vida dos que lá residem. Sendo assim, o aumento da população indígena residente neste tipo de setor é alarmante. Trabalhos sobre os indígenas da etnia Pankararu residentes na periferia de São Paulo revelam que são diversos os problemas enfrentados por eles, para além daqueles relacionados com as condições físicas e ambientais. Tais dificuldades perpassam pela questão de acessar ou não sua identidade como indígena, pela tentativa de manter algumas tradições e pela reivindicação de uma TI na capital (ATHIAS; LIMA, 2010; VALE; RANGEL, 2008).

Com relação à alfabetização, o IBGE assume a existência de diversas limitações do Censo Demográfico em relação aos quesitos educacionais, especialmente no que concerne às especificidades da educação indígena (IBGE, 2012). No caso dos resultados encontrados para o Estado do Rio de Janeiro, o percentual de indígenas analfabetos diminuiu nessa localidade e na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, o que é indicativo de melhoria.

Estudos sobre migração indígena, tendo em vista que mais da metade dos indígenas do Estado do Rio de Janeiro não eram naturais do município de residência, apontam que tal fenômeno, de maneira geral, está ligado à educação, ao mercado de trabalho e à saída da TI, muitas vezes em decorrência de conflitos (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009). Dos indígenas não naturais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 2000, 52,2% eram procedentes de estados da região Nordeste, 25,1% do Sudeste e 16,1% do Norte (dados não mostrados). Em 2010, os percentuais aumentaram, mas os estados do Nordeste, Sudeste e Norte continuaram a apresentar os maiores valores (56,1%, 19,7% e 16,5%, respectivamente). Os municípios dos estados da Paraíba e Minas Gerais foram os que apresentaram os maiores percentuais de naturalidade dos indígenas residentes no estado em 2000 (14,0%

em ambos). No ano de 2010, com 10,4% e 11,4%, os indígenas oriundos de municípios de Minas Gerais e Ceará foram os de maior frequência (dados não mostrados). Considerando as demais regiões do país, Estanislau (2014) indicou que a Sudeste apresentou os menores percentuais de indígenas não naturais do município de residência em áreas rurais (6,54% no Censo 2000 e 8,04% no Censo 2010). Além do mais, a autora verificou, ainda, que o Sudeste é o segundo destino mais comum dos emigrantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em consonância com os achados dessa autora, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste foram, em ambos os censos, também as regiões do país com os maiores percentuais de indígenas com destino para o Estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos não naturais e movimentos migratórios, cabe ressaltar a importância do Rio de Janeiro para o país desde a época da colonização. Diversas são as razões — econômicas, políticas e sociais —, que contribuíram para a atração de pessoas de outras cidades, estados e países para o Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, para sua capital. Portanto, a maior frequência de indígenas estar na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro é esperada, mesmo porque lá está o maior número de residentes do Estado.

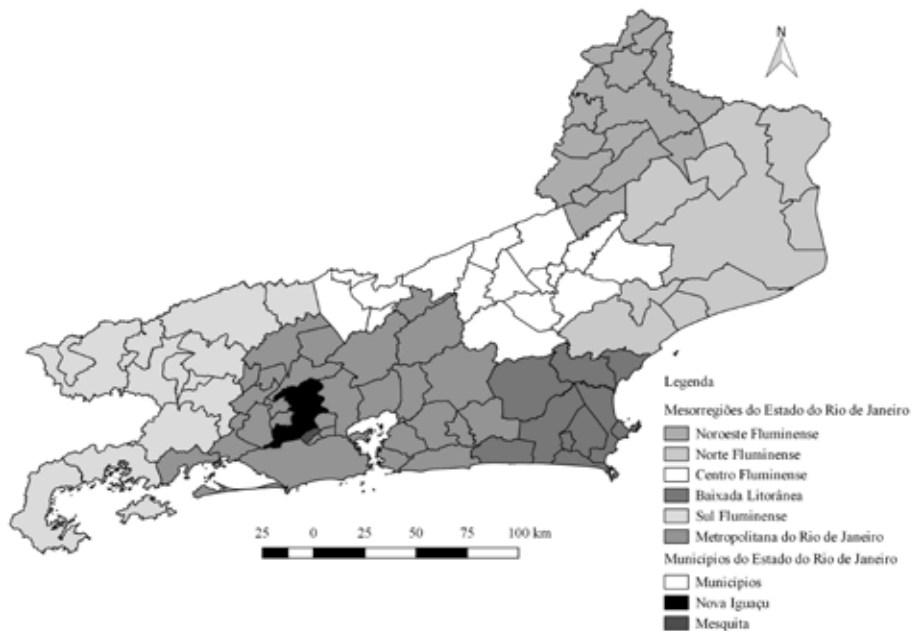
Dentre as inovações do Censo Demográfico de 2010, estão, para os declarados e considerados indígenas, a captação da etnia e da língua falada no domicílio (IBGE, 2012; PEREIRA, 2016). Os ganhos inerentes à inclusão de tais quesitos proporcionam, segundo Pereira (2016), a expansão do conhecimento sobre o perfil sociodemográfico dos indígenas. Dessa maneira, conforme esperado, os maiores percentuais relacionados a falar língua indígena no domicílio e informar a etnia pertencente ocorreram na área rural do Estado do Rio de Janeiro, mas especificamente, no Sul Fluminense, que concentra a maior parte dos indígenas residentes na área rural e todas as Terras Indígenas existentes no estado.

Outro fenômeno que precisa ser levado em consideração são os já documentados processos de etnogênese em todo Estado. Povos que não tinham a existência reconhecida pelo poder público reivindicam suas identidades étnicas e afirmam a diversidade sociocultural no Rio de Janeiro. As condições de vida destes indígenas na mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro têm sido analisadas (ALBUQUERQUE, 2015) e suas trajetórias pessoais descritas (BEVILACQUA, 2017). O caso que ganhou maior atenção da imprensa foi o da Aldeia Maracanã. Em 2013, o truculento despejo de seus moradores pelo aparelho repressivo fomentou o debate sobre os indígenas em contexto urbano. Após anos de luta indígena por espaço de representação, em 2018, foi insti-

tuído o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (RIO DE JANEIRO, 2018). Criado a partir de um Decreto Estadual (nº 46.218/2018), o Cedind é composto por diferentes associações e organizações indígenas, como a Associação Indígena Aldeia Maracanã e o Movimento Ressurgência Puri.

Em conclusão, as análises inéditas realizadas neste estudo evidenciaram diferenças no perfil dos indígenas residentes no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. Provavelmente, tais diferenças derivam não só da influência de aspectos demográficos propriamente, como, também, das questões ligadas à classificação da cor ou da raça. Dentre os resultados, destaca-se o alto percentual de indígenas urbanos no Estado do Rio de Janeiro nos dois Censos, conjuntamente com as modificações relacionadas ao perfil etário por sexo, renda e alfabetização, além do tipo de setor censitário residente. Esses indicadores apontam importantes mudanças sociodemográficas para este segmento populacional. Os dados sobre naturalidade, ainda que não tenham sido reveladas grandes alterações entre os Censos, são corroborados pela literatura existente. As informações sobre a etnia e a língua falada no domicílio permitiram verificar uma relevante diferença entre o indígena residente na área urbana e rural. Contudo, apesar das etnias declaradas mais numerosas incluírem aquelas residentes por direito nas Terras Indígenas, a compreensão das categorias deste quesito, principalmente na área urbana, requer um estudo etnográfico, o que foge do objetivo deste trabalho. Dessa forma, os avanços na captação das particularidades da população indígena nos últimos três Censos são de extrema importância, com destaque para os de 2000 e 2010, que proporcionaram esta análise comparativa. A ampla gama de variáveis para análise do Censo 2010, incluindo etnia e língua, oferece a possibilidade de estudos mais detalhados sobre os indígenas em localidades específicas, como o Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões.

**FIGURA 1: Municípios do Estado do Rio de Janeiro com destaque para as mesorregiões e os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita.**



**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

**QUADRO 1: Variáveis sociodemográficas selecionadas, Censos Demográficos de 2000 e 2010.**

CARACTERÍSTICA	QUESTIONÁRIO	CENSO	VARIÁVEL <sup>§</sup>	CATEGORIAS
POPULAÇÃO	AMOSTRA	2000 e 2010	Idade	Em classes de idade (0-9; 10-19; 20-29; 30-39; 40-49; 50-59; 60-69; 70-79; 80 ou mais)
			Raça ou cor	Indígena
			Sexo	Masculino Feminino
			Alfabetização (sabe ler e escrever)*	Sim Não
			Naturalidade (município)	Sim Não
	UNIVERSO	2010	Informação da etnia indígena**	Sim Demais categorias ("sem declaração", "não determinada", "mal definida", "não sabe", ou "etnia de outro país")
			Língua indígena falada no domicílio**	Sim Não
DOMICÍLIO	AMOSTRA	2000 e 2010	Situação de domicílio	Urbano Rural
			Renda (rendimento domiciliar per capita)**	Em classes de salário mínimo (SM) (sem renda; até 0,5; 0,5-0,75; 0,75-1, 5; 1,5-3; >3)
			Setor censitário ("aglomerado subnormal")****	Sim Não

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

## LEGENDAS DO QUADRO 1:

§ As definições das variáveis e suas respectivas categorias podem ser encontradas na página eletrônica do BME<sup>4</sup>.

\* A alfabetização foi informada para os indivíduos acima de cinco anos.

\*\* Para a pessoa que se declarou ou “se considerou” indígena.

\*\*\*O rendimento foi informado para os indivíduos acima de 10 anos.

\*\*\*\* Definido como “conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

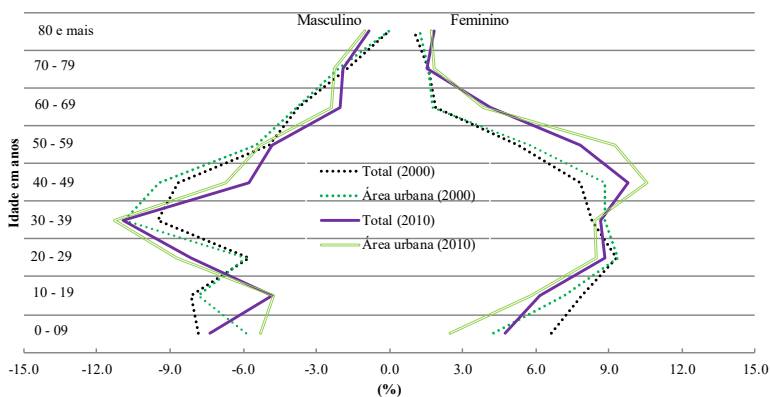
**TABELA 1: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas pela situação de domicílio. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2000 e 2010.**

MESORREGIÃO	CENSO 2000		CENSO 2010	
	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO			
	URBANO	TOTAL	URBANO	TOTAL
	% (IC)	N	% (IC)	N
Noroeste Fluminense	86,0 (70,1-94,1)	260	96,3 (95,2-97,2)	170
Norte Fluminense	85,2 (78,1-93,0)	980	100,0	593
Centro Fluminense	87,3 (78,1-93,0)	667	89,5 (74,3-96,2)	266
Baixada litorânea	88,8 (84,3-92,1)	1.151	96,6 (96,1-97,0)	965
Sul Fluminense	69,1 (56,7-79,3)	2.174	66,7 (55,8-76,0)	1.353
Metropolitana do Rio de Janeiro	98,6 (98,1-99,0)	30.702	99,3 (98,5-99,7)	11.912
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>95,8 (94,7-96,8)</b>	<b>35.934</b>	<b>96,1 (94,7-97,1)</b>	<b>15.258</b>

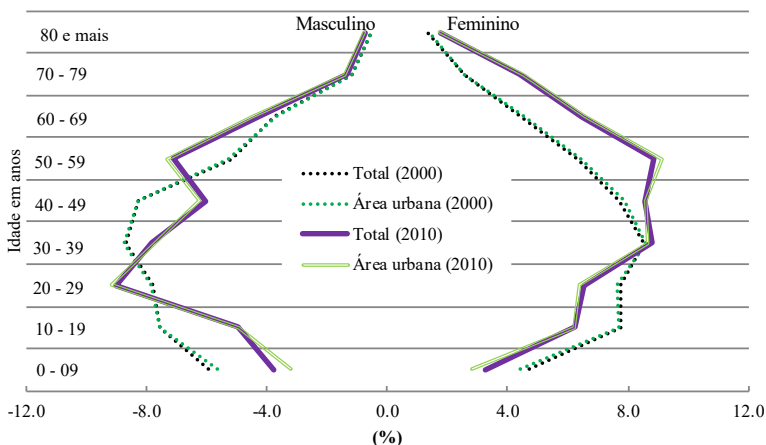
**Fonte:** IBGE, Amostra, Censo Demográfico 2000 e 2010.

**GRÁFICO 1: Composição relativa da população indígena residente, por sexo, classes de idade e situação de domicílio (total e urbano), do Estado do Rio de Janeiro sem e com a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010.**

### Estado do Rio de Janeiro sem a Metropolitana do Rio de Janeiro



### Estado do Rio de Janeiro com Metropolitana do Rio de Janeiro



**Fonte:** IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010.

**TABELA 2: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas de acordo com as covariáveis investigadas. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010.**

MESORREGIÃO	CENSO 2000		CENSO 2010	
	N % (IC)	TOTAL %	N % (IC)	TOTAL %
<b>ANALFABETISMO</b>				
Nordeste Fluminense	61	254	8	170
	23,9 (12,1-41,7)	100,0	4,6 (0,6-29,3)	100,0
Norte Fluminense	76	921	71,0	593
	8,3 (4,7-14,0)	100,0	12,0 (6,7-20,6)	100,0
Centro Fluminense	69	626	8	266
	10,9 (6,1-18,8)	100,0	3,2 (3,2-3,9)	100,0
Baixada litorânea	78	1.089	89	900
	7,1 (3,6-13,6)	100,0	9,9 (4,6-19,9)	100,0
Sul Fluminense	433	1.012	187	1.206
	22,1 (13,8-33,4)	100,0	15,5 (9,5-24,3)	100,0
Metropolitana do Rio de Janeiro	3.100	29.490	557	11.561
	10,5 (9,4-11,7)	100,0	4,8 (3,3-6,9)	100,0
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>3.816</b>	<b>34.342</b>	<b>919</b>	<b>14.696</b>
	<b>11,1 (10,0-12,4)</b>	<b>100,0</b>	<b>6,3 (4,8-8,1)</b>	<b>100,0</b>

**TABELA 2: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas de acordo com as covariáveis investigadas. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010. [CONT.]**

MESORREGIÃO	CENSO 2000		CENSO 2010	
	N % (IC)	TOTAL %	N % (IC)	TOTAL %
	<b>NÃO NATURAL</b>			
Noroeste Fluminense	112	260	59	170
	43,0 (25,8-62,0)	100,0	34,6 (22,7-48,7)	100,0
Norte Fluminense	352	980	266	593
	35,9 (27,0-46,0)	100,0	44,9 (34,8-55,4)	100,0
Centro Fluminense	313	667	156	266
	46,9 (33,1-61,3)	100,0	58,6 (38,7-76,0)	100,0
Baixada litorânea	837	1.151	718	965
	72,7 (63,3-80,4)	100,0	74,4 (61,5-84,1)	100,0
Sul Fluminense	1.010	2.174	681	1.353
	46,4 (37,0-56,1)	100,0	50,3 (40,3-60,3)	100,0
Metropolitana do Rio de Janeiro	17.930	30.702	6.521	11.912
	58,4 (56,5-60,3)	100,0	54,7 (50,9-58,6)	100,0
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>20.553</b>	<b>35.934</b>	<b>8.400</b>	<b>15.258</b>
	<b>57,2 (55,4-59,0)</b>	<b>100,0</b>	<b>55,1 (51,8-58,3)</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010.

**TABELA 3: Distribuição absoluta e relativa da renda dos indígenas, por categorias. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010.**

MESORREGIÃO		CENSO 2000	CENSO 2010	CENSO 2000	CENSO 2010
		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> EM SALÁRIOS MÍNIMOS			
		Sem renda		Até 0,5	
Noroeste Fluminense	N	0	0	53	19
	%			20,5	11,1
	IC			6,0-51,2	2,3-39,6
Norte Fluminense	N	36	33	254	50
	%	3,6	5,6	26	8,5
	IC	1,2-10,7	2,8-10,9	16,5-38,4	4,4-15,9
Centro Fluminense	N	51	10	91	43
	%	7,9	3,6	14	16
	IC	2,0-25,8	0,5-23,6	4,6-35,3	7,2-32,0
Baixada litorânea	N	49	23	180	201
	%	4,3	2,4	15,6	20,8
	IC	1,7-10,3	0,6-9,6	9,4-25,0	13,3-31,0
Sul Fluminense	N	122	45	652	521
	%	5,6	3,3	30	38,5
	IC	2,1-14,3	1,3-8,1	18,5-44,7	26,7-51,9
Metropolitana do Rio de Janeiro	N	1.282	577	4.679	1.598
	%	4,2	4,8	15,3	13,4
	IC	3,4-5,2	2,9-7,9	13,6-17,3	10,6-16,9
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>N</b>	<b>1.540</b>	<b>687</b>	<b>5.910</b>	<b>2.432</b>
	<b>%</b>	<b>4,3</b>	<b>4,5</b>	<b>16,6</b>	<b>16</b>
	<b>IC</b>	<b>3,5-5,3</b>	<b>2,9-6,9</b>	<b>14,8-18,5</b>	<b>13,3-19,0</b>

**Fonte:** IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010. Obs.: O valor do SM em 2000 era de R\$151,00 e em 2010 era de R\$510,00.

**TABELA 3: Distribuição absoluta e relativa da renda dos indígenas, por categorias. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010. [CONT.]**

MESORREGIÃO		CENSO 2000	CENSO 2010	CENSO 2000	CENSO 2010
		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> EM SALÁRIOS MÍNIMOS			
		0,5 a 0,75		0,75 a 1,5	
Noroeste Fluminense	N	23	46	108	73
	%	8,8	27,4	41,5	43,1
	IC	7,5-10,4	7,7-62,9	21,0-65,4	20,0-69,6
Norte Fluminense	N	62	105	303	173
	%	6,3	17,7	30,9	29,2
	IC	3,0-12,9	7,5-36,3	21,7-42,0	19,1-41,9
Centro Fluminense	N	85	45	221	69
	%	13	16,8	33,9	26,1
	IC	5,7-26,9	7,4-33,7	17,4-55,5	12,1-47,6
Baixada litorânea	N	133	172	308	335
	%	11,5	17,8	26,8	34,7
	IC	6,4-19,8	9,6-30,7	18,1-37,8	24,0-47,2
Sul Fluminense	N	200	268	677	344
	%	9,2	19,8	31,1	25,5
	IC	4,1-19,3	11,7-31,7	22,9-40,7	17,9-34,9
Metropolitana do Rio de Janeiro	N	3.212	1.951	7.998	3.780
	%	10,5	16,4	26,2	31,8
	IC	9,1-12,2	12,7-20,9	24,2-28,4	27,5-36,4
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>N</b>	<b>3.714</b>	<b>2.587</b>	<b>9.616</b>	<b>4.775</b>
	<b>%</b>	<b>10,4</b>	<b>17</b>	<b>26,9</b>	<b>31,3</b>
	<b>IC</b>	<b>9,0-11,9</b>	<b>13,8-20,7</b>	<b>25,0-28,9</b>	<b>27,7-35,2</b>

**Fonte:** IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010. Obs.: O valor do SM em 2000 era de R\$151,00 e em 2010 era de R\$510,00.

**TABELA 3: Distribuição absoluta e relativa da renda dos indígenas, por categorias. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010. [CONT.]**

MESORREGIÃO		CENSO	CENSO	CENSO	CENSO	CENSO	CENSO
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> EM SALÁRIOS MÍNIMOS					
		1,5 a 3		> 3		TOTAL	
Noroeste Fluminense	N	53	24	23	8	<b>260</b>	<b>170</b>
	%	20,5	13,9	8,7	4,6	<b>100</b>	<b>100</b>
	IC	10,9-35,1	5,3-31,6	2,1-30,3	0,6-29,3		
Norte Fluminense	N	199	159	126	72	<b>980</b>	<b>593</b>
	%	20,3	26,9	12,8	12,2	<b>100</b>	<b>100</b>
	IC	10,3-36,0	14,1-45,2	7,3-21,7	4,8-27,4		
Centro Fluminense	N	156	47	48	53	<b>652</b>	<b>266</b>
	%	23,9	17,6	7,4	19,9	<b>100</b>	<b>100</b>
	IC	13,3-39,1	6,4-39,9	3,1-16,7	5,1-53,6		
Baixada litorânea	N	265	97	215	136	<b>1.151</b>	<b>965</b>
	%	23,1	10,1	18,7	14,1	<b>100</b>	<b>100</b>
	IC	15,1-33,6	4,7-20,2	11,9-28,2	8,3-22,9		
Sul Fluminense	N	312	114	211	60	<b>2.174</b>	<b>1.353</b>
	%	14,3	8,4	9,7	4,5	<b>100</b>	<b>100</b>
	IC	9,9-20,2	4,0-16,9	5,9-15,6	1,9-10,0		
Metropolitana do Rio de Janeiro	N	6.758	2.059	6.555	1.931	<b>30.483</b>	<b>11.897</b>
	%	22,2	17,3	21,5	16,2	<b>100</b>	<b>100</b>
	IC	20,3-24,1	13,8-21,4	19,8-23,3	13,7-19,1		
Estado do Rio de Janeiro	<b>N</b>	<b>7.743</b>	<b>2.500</b>	<b>7.178</b>	<b>2.261</b>	<b>35.701</b>	<b>15.243</b>
	<b>%</b>	<b>21,7</b>	<b>16,4</b>	<b>20,1</b>	<b>14,8</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	<b>IC</b>	<b>20,0-23,5</b>	<b>13,5-19,8</b>	<b>18,6-21,7</b>	<b>12,7-17,2</b>		

**Fonte:** IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010. Obs.: O valor do SM em 2000 era de R\$151,00 e em 2010 era de R\$510,00.

**TABELA 4: Distribuição absoluta e relativa de indígenas residentes em setores censitários urbanos classificados como "aglomerado subnormal". Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010.**

MESORREGIÃO	ANO DO CENSO					
	2000			2010		
	"AGLOMERADO SUBNORMAL"					
	N	%	Total	N	%	Total
Noroeste Fluminense	0	0	224	0	0	163
Norte Fluminense	0	0	782	76	12,8	592
Centro Fluminense	0	0	582	0	0	238
Baixada Litorânea	X*		1.005	122	13,1	932
Sul Fluminense	119	7,9	1.503	161	17,9	901
Metropolitana do Rio de Janeiro	3.747	12,4	30.236	1683	14,2	11.832
Estado do Rio de Janeiro	<b>3.926</b>	<b>11,4</b>	<b>34.401</b>	<b>2042</b>	<b>13,9</b>	<b>14.659</b>

Fonte: IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010.

**TABELA 5: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas do Estado do Rio de Janeiro de acordo com a informação sobre a língua indígena falada no domicílio e etnia, segundo situação de domicílio, Censo Demográfico 2010.**

COVARIÁVEIS	CATEGORIAS		SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		
			URBANO	RURAL	TOTAL
Língua indígena falada no domicílio	SIM	N	354	412	766
		%	2,3	55,8	4,8
	TOTAL	N	15.146	738	15.888
		%	100,0	100,0	100,0
Informaram etnia	SIM	N	3.499	511	4.030
		%	23,4	71,8	25,7
	TOTAL	N	14.935	712	15.668
		%	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

## Notas

1 Agradecimentos: A pesquisa que gerou o presente trabalho foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Código de Financiamento 001), através de bolsa de doutorado concedida à Barbara Cunha no Programa de Epidemiologia em Saúde Pública da ENSP/FIOCRUZ. As atividades de pesquisa de Ricardo Ventura Santos foram apoiadas pelo CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e pelo Wellcome Trust (financiamento 203486/Z/16/Z). Os autores agradecem ao Prof. Reinaldo Souza-Santos pela disponibilidade em discutir questões relacionadas à análise espacial.

2 Entre 2000 e 2010, houve o acréscimo de um município no Estado (Mesquita), que resultou da divisão do município de Nova Iguaçu, pertencente à mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma vez que os dados foram agregados por mesorregiões, a criação desse novo município não afetou as análises. No âmbito do presente texto, optou-se por nomear Baixada Litorânea ao invés de Baixadas (termo utilizado pelo IBGE, para os municípios pertencentes à Região dos Lagos, por conta de um conjunto de municípios da mesorregião Metropolitana ser comumente referido como Baixada ou Baixada Fluminense). Com relação ao número de municípios na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de a legislação do Estado computar 19, de acordo com a Complementar Federal nº 20/1974 (BRASIL, 1974), a divisão por mesorregião do IBGE, aqui empregada, indica 30 municípios. Por último, em 2017, houve a divulgação de um novo quadro regional onde as unidades mesorregionais e microrregionais passaram a receber os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm). Acesso em: 07 fev. 2019. Nesse artigo foram mantidas as nomenclatura e divisão anteriores.

3 Informações disponíveis em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/>

terras-indigenas. Acesso em: 21 jan. 2019.  
4 Disponível em: [www.bme.ibge.gov.br](http://www.bme.ibge.gov.br). Acesso entre 21 fev. 2017 e 14 mar. 2017.

## Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, M. A. dos S. Indígenas na Cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 7, p. 149-168, 2015.
- ATHIAS, R. M.; LIMA, C. L. S. Indígenas na metrópole: os Pankararu em São Paulo. **O público e o privado**, n. 16, p. 49-64, 2010.
- AZEVEDO, M. M. D. A. Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, AmazonasXV **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Anais...Caxambu/MG-Brasil: 2006
- AZEVEDO, M. M. D. A. O Censo Demográfico 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (Eds.). **Povos indígenas do Brasil 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, p. 45-48.
- CALDAS, A. D. R. **Mortalidade por cor ou raça, com foco nos indígenas: perspectivas comparativas entre o Censo Demográfico de 2010 e Sistemas Nacionais de Informação em Saúde**. 2014. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.
- CARVALHO, J. A. M. de; WOOD, C. H.; ANDRADE, F. C. D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 20, n. 1, p. 29-42, 2003.
- CAVENAGHI, S. M.; ALVES, J. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población** (CEPAL), v. 92, p. 15-46, 2011.
- CHOR, D. Desigualdades em saúde no Brasil: é preciso ter raça. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 7, p. 1272-1275, 2013.
- CSDH. **Final Report: Closing the gap in a generation**. Geneva: OMS, 2008.
- DIAS JR, C. S. et al. Crescimento da população indígena em Minas Gerais: análise da influência da dinâmica demográfica e reclassificação. **Revista**

- Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 3, p. 157-163, 2009.
- FASCA, S. F. **Tuberculose e condições de vida**: uma análise do estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2000 a 2002. p. 93, 2008.
- IBGE. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- MARINHO, G. L. **Domicílios indígenas nos Censos Demográficos**: classificação, composição e interfaces com a saúde. 2015. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.
- MARINHO, G. L.; CALDAS, A. D. R.; SANTOS, R. V. Indígenas residentes em domicílios "improvisados" segundo o Censo Demográfico 2010. **Physis**, v. 27, n. 1, p. 79-102, 2017.
- MONTE-MÓR, R. L. What is the urban in the contemporary world? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.
- PASTERNAK, S. et al. **Favelas no Brasil e em São Paulo**: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 35, p. 75-100, 2016.
- PEREIRA, N. D. O. M. Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 423-430, 2016.
- PEREIRA, N. D. O. M. et al. Como tratar os dados da amostra do Censo Demográfico 2000 na obtenção de estimativas para os "indígenas"? Um estudo a partir das Terras Indígenas Xavante, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 183-195, 2009.
- PERZ, S. G.; WARREN, J.; KENNEDY, D. P. Contributions of Racial-Ethnic Reclassification and Demographic Processes to Indigenous Population Resurgence: The Case of Brazil. **Latin American Research Review**, v. 43, n. 2, p. 7-33, 2008.
- RAUPP, L. et al. Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 1-15, 2017.
- SANTOS, R. V.; PEREIRA, N. D. O. M. Indigenous peoples in the Brazilian national census. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 6, p. 1.626-1.627, 2005.
- SANTOS, R. V.; TEIXEIRA, P. O "indígena" que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, 2011.
- SERATTO, C. D.; MICHELLON, E. A dicotomia rural versus urbano e suas consequências. **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Anais... Cuiabá: 2004
- SIMONI, A. T.; DAGNINO, R. D. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 303-326, 2016.
- TEIXEIRA, P.; BRASIL, M.; SILVA, E. Demografia de um povo indígena da Amazônia brasileira: Os Sateré-Mawé. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 2, p. 429-448, 2011.
- TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E.; BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 531-546, 2009.
- TELLES, E. E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2004.
- THE WORLD BANK. **Indigenous Latin America in the Twenty-First Century: The first decade**. Washington: World Bank Group, 2015.
- VALE, C. N. DO; RANGEL, L. H. Jovens indígenas na metrópole. **Revista de Ciências Sociais**, n. 4, p. 254-260, 2008.
- VEIGA, J. E. DA. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA, 2001.
- WOOD, C. H.; CARVALHO, J. DE. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, 1994.

### Fontes primárias

- BRASIL. **Lei Complementar No 20**, de 1o de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Brasília, DF, ano 86 da República. PL 20/1974Diário Oficial da União: Poder Executivo, 1 jul. 1974.
- BRASIL. **Lei No 7.716**, de 5 de janeiro de

1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF, ano 101 da República. PL 7.716/1989. Diário Oficial da União. 5 jan. 1989.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: Características gerais da população (resultados da amostra). Rio de Janeiro: IBGE, 2003b.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais dos indígenas (resultados do universo). Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

Recebido em: 11/05/2019

Aprovado em: 17/06/2019